

Romper este círculo

antes que tudo desmorone

22 JUN 1987 JORNAL DA TARDE

Cesar - Brasil

Como já mencionamos no comentário ao lado, não é só a estrutura jurídica e institucional do País que fica "anarquizada" com as violentas intervenções do Estado "para restabelecer a ordem", como mais esta que se consubstancia com o Decreto-Lei nº 2.335 que instituiu o "Novo Cruzado". Todo o sistema econômico também mergulha subitamente em mais um ciclo de caos onde todos os cálculos, previsões e orçamentos têm de ser refeitos e onde, à revelia de tudo que foi contratado ou conscienciosamente planejado, alguns "ganham na loteria" e lucram — e, obviamente, o governo, que faz as regras, sempre está entre estes — e muitos perdem.

Como no primeiro Plano Cruzado, a aplicação da tablita vem causando reações de descontentamento em vários setores do mercado financeiro e das forças da produção. Nos contratos futuros, a aplicação da tabela de deflatores, confirmada pelo governo em novo decreto-lei, assinado na última quinta-feira, funcionou como uma verdadeira loteria: prejudicou violentamente todos os que — recorrendo a este mercado justamente em busca de proteção contra as oscilações previsíveis de uma economia mais ou menos estável, mas sem esperar mudanças bruscas nas regras do jogo — estavam com posições vendidas nos mercados de café, ouro, OTN e câmbio. Quem estava comprado, lucra correspondentemente. E, embora logo após o anúncio do Novo Cruzado as operações nos mercados futuros tenham sido suspensas pelo Banco Central até a assinatura do Decreto-Lei nº 2.337, que complementa as medidas anunciadas no dia 12 de junho, acredita-se que a aplicação da tablita pode tornar inviáveis as operações, principalmente com câmbio, tais são os prejuízos que ela acarreta para muitos.

O impacto das últimas medidas sobre os negócios a futuro é apenas um — e talvez o menos grave — dos muitos exemplos de como a atividade econômica no Brasil vive sob constante ameaça de mudança de regras ou condições pelo governo, que sempre leva a melhor ao promover frequentes alterações, como aconteceu no Plano Cruzado, na instituição dos empréstimos compulsórios, no Cruzado II, e em muitos outros pacotes feitos para engordar as receitas da União ou de suas empresas.

Os autores do Novo Cruzado, não obstante a sua saudável preocupação em evitar distorções e limpar nosso organismo de alguns dos artificialismos que o envenenam sistematicamente — como o famigerado subsídio ao trigo, do qual ainda restam 20% para eliminar, ao contrário do que foi divulgado inicialmente —, talvez tenham subestimado os danos que a sua tablita pode provocar para as empresas credoras — que, em geral, são as mais eficientes e bem geridas — e para o funcionamento normal das atividades produtivas, este sim um aspecto gravíssimo do problema que analisamos. No setor industrial, por exemplo, só as dúvidas criadas pela tablita já causaram uma suspensão do faturamento durante quatro dias da semana passada, quando a maior parte do tempo dos empresários e técnicos que os assessoram foi dedicada ao ajuste dos contratos firmados antes do novo programa de estabilização econômica. Só com isso as perdas já foram substanciais. Mas em muitos setores as perdas de faturamento resultantes da aplicação do deflator serão tão grandes que poderão agravar o quadro recessivo, porque, segundo muitos empresários, se os preços praticados nos últimos meses já eram muito reduzidos, em virtude das dificuldades de venda, deixando, portanto, de refletir previsões sobre a inflação futura, com a aplicação da tablita eles ficarão abaixo do preço de produção.

Além do mais, os impostos sobre esses produtos e sobre essas transações já foram pagos com base no valor final das vendas a prazo e agora, com a aplicação do deflator, a parcela de impostos correspondente ao desconto não será devolvida pelo governo. Alguns setores estão dispostos a resistir à aplicação da tablita e essa reação vai desde a recusa pura e simples até o recurso à Justiça, apoiado na tese de que o governo feriu a Constituição. Na opinião de advogados e juristas, o desconto concedido aos devedores é ilegal porque, desta vez, não houve — como no Plano Cruzado — troca de padrão monetário. Assim, o valor dos contratos em moeda corrente não pode ser alterado.

As reações dos perdedores são, obviamente, plenamente justificadas, já que a eles caberá o ônus da leviandade alheia. No entanto, temos sérias dúvidas sobre se seus direitos serão levados em conta, em razão da crise vivida por nossas instituições jurídicas, exatamente pelo mesmo motivo, e da subserviência do Judiciário aos desígnios do Executivo, uma das distorções mais graves que decorrem do aspecto crônico dessa crise.

Nossa economia está cheia de exemplos desse tipo de arbítrio estatal — como os empréstimos compulsórios decretados, sem aviso e sem possibilidade de prevenção, sobre preços básicos como o dos combustíveis; como o brutal aumento do IPI para a indústria automobilística; como o brutal aumento das tarifas e preços públicos etc. Sobressaltos e "rasteiras" violentas como essas acabam transformando a vida econômica da Nação em um amargo jogo contra o qual a competência — único valor determinante em matéria de gerência empresarial e de negócios nas economias sãs — não tem como se defender.

Obrigados a enfrentar, todos os dias, problemas totalmente incontroláveis como esses, os administradores de empresas, os investidores e os cidadãos em geral vão desanimando de continuar tentando trabalhar com seriedade e praticamente sendo empurrados para a aventura, para a especulação improdutiva, para o oportunismo e para a corrupção.

Mais uma vez, o pretexto para mais esta ação discricionária do Estado foi a crise. Mas a própria crise não é outra coisa senão o efeito de atos de arbítrio anteriores. Assim, a economia brasileira vai-se assemelhando cada vez mais a um viciado em drogas que ou está em "crise de abstinência" e, não sabendo mais viver sem ela, exige a sua droga (a intervenção do governo), ou está "viajando" sob o efeito da intervenção mais recente. É preciso romper este círculo, antes que tudo desmorone...